



informação

Nº 3

BOLETIM INTERNO EDITADO PELO DEPARTAMENTO DA ACÇÃO IDEOLÓGICA DO SECRETARIADO DO CN DO PCPV

JULHO/87

• •

• •

VII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL REFLECTE SOBRE O PARTIDO E A PRÁTICA POLÍTICA



informação

Nota de Abertura	3
Intervenção do Camarada Aristides Pereira, Secretário Geral do PAICV, na abertura da VII Reunião do CN	4
Comunicado do Conselho Nacional	8
Camarada Pedro Pires aprecia em Conferência de Imprensa os resultados da VII Reunião do CN	17

Redacção e Maquetagem:
Departamento de Acção Ideológica
do Secretariado do CN do PAICV
Caixa Postal 22 Praia Cabo Verde

Composição e Impressão
Grafedito
Praia Cabo Verde

não ficar nessa posição incómoda de ser sempre o último a chegar à meta.

É isso que o Partido irá, ou tem procurado fazer, porque o tem feito; tem procurado agir nesse sentido. Teremos efectivamente de, por um lado, melhorar as condições nos órgãos centrais e, por outro, melhorar a capacidade dos órgãos sectoriais de produzir para os seus próprios órgãos de comunicação ou, então, de produzir para um órgão central. E algo que não poderemos considerar como orientações mas mais como, neste momento, reflexão minha sobre esta questão.

Quando falamos da comunicação social no nosso país, penso que devemos ser realistas, no sentido de termos em conta donde partimos. Num país sem tradição de jornalismo é difícil ter um corpo de homens de Comunicação Social à altura. Um país que partiu do nada como nós e que tem uma série de limitações financeiras também não está em condições de dispor, ou até de pensar em assistência técnica. Mas "é no mar que se aprende a nadar", portanto, é fazendo jornalismo que se aprende a ser jornalista. Também não acredito que para se ser jornalista baste ter um curso. Tem de haver muito de vocação, de experiência e de cultura. Não se pode pensar que o jornalismo possa ser um curso, pura e simplesmente. E preciso sim uma boa formação básica. Ela poderá facilitar, mas, os jornalistas que me desculpem, a vocação e a cultura adquiridas no exercício da função são muito mais importantes do que essa formação de base.

Emílio Borges (Rádio Nacional) O documento, sublinha que o Partido deve aplicar, cada vez mais, técnicas modernas de liderança no tocante à forma como exerce o poder e a acção política e ideológica na sociedade. Diz o comunicado: "aplicar técnicas de liderança que tenham no convencimento e na persuasão o seu principal fundamento" Eu queria perguntar ao Camarada Secretário Geral Adjunto que medidas são preconizadas em relação à comunidade emigrada.

Pedro Pires —Quanto a esse aspecto parece-nos que isso também se aprende com a vida e se aprende com os outros.

O aparecimento de grandes meios de Comunicação Social mudou muito o comportamento dos homens e a maneira como eles se fazem entender. O desenvolvimento das ciências sociais com estudos

muito mais aprofundados da sociologia, da psicologia social, do comportamento, etc, também permite isso o que nos dá a possibilidade de cada um afinar a maneira como exerce a direcção e faz a política. Vejamos, eu estou aqui convosco nesse debate, ou nesse encontro, mas nunca eu tinha feito isso antes. Creio que se trata de um passo, no sentido de utilizar melhor os meios da Comunicação Social para a representação do Partido, me comunicar com os cidadãos cabo-verdianos e com a imprensa nacional e estrangeira. Isso é já uma mudança de método. Mas, de uma maneira ou de outra significa que devemos aperfeiçoar sempre a maneira como exercemos a direcção e fazemos a intervenção política individual ou colectiva.

No que diz respeito à nossa comunidade emigrada, creio que a sua pergunta é à volta disso, temos procurado fazer alguma coisa através da criação de instituições e, sobretudo, através de um Boletim do M.N.E. e do uso de programas da TV.

Nesse aspecto também há que se aperfeiçoar, quer dizer, levar às comunidades cabo-verdianas emigradas a mensagem do Partido, a mensagem do país e, sobretudo, as mudanças, os avanços e a maneira como tudo se processa, a maneira como as coisas são feitas e o modo como o povo cabo-verdiano vive neste momento. Pois, também é importante que não permitamos que se divirta o processo de desenvolvimento do país e se divirta o que aqui se passa sobretudo através de preconceitos à volta dos países do 3º mundo ou dos países africanos sobre os quais, às vezes, as ideias transmitidas não estão de acordo com a realidade.

Conosco isso acontece embora não tanto como com outros porque Cabo Verde tem procurado utilizar todos os meios, recursos e vias disponíveis, para uma informação adequada sobre o seu processo político e sobre o país, através das representações diplomáticas e consulares e dos nossos próprios meios de comunicação.

Mas chegamos também à conclusão de que é preciso que se faça algo mais, quer nos contactos, quer nos nossos órgãos da Comunicação Social. Temos trabalhado também nesse aspecto, temos discutido isso e vai-se trabalhar e criar condições junto das nossas Embaixadas para que haja uma maior difusão do que se passa no país e uma maior circulação dos nossos próprios meios de Comunicação Social. □

do ângulo, do ponto de vista em que nos colocamos. Posso ser objectivo num dado momento, mas do meu ponto de vista, da minha cultura, das minhas opções e daquilo que eu considero correcto. Não se pode deixar de transparecer na Comunicação Social as convicções próprias porque não acredito na assepsia ideológica, quer dizer, que a mente de um indivíduo seja um papel branco, não o é, não! Ele transmite, deixa transparecer sempre a sua ideologia. Eu, ao falar, estou a deixar transparecer as minhas opções, que sociedade prefiro. Não posso deixar de o fazer.

Qualquer quem também ao interpretar as minhas opções, dirá que opto pelo Partido único. E pode dar-se o caso de ele carregar um bocadinho mais, "Partido único marxista-leninista". Mas é uma mensagem que ele está a transmitir ao seu destinatário para este ter uma ideia do regime em Cabo Verde e fomentar todos os preconceitos à volta disso.

O problema da Comunicação Social deve ser visto, do nosso ponto de vista, com a máxima clareza. Comunicação Social objectiva não... ela terá de, sempre, de uma maneira ou outra, veicular a "sua posição", aquilo que o dono considera correcto, normal. Não há indivíduo algum que não tenha um quadro de valores que oriente o seu comportamento e o seu posicionamento no mundo, que não tenha as suas opções, mesmo que diga que é independente. Não é não! A própria independência é uma opção política. "Eu sou neutro", não é nada, porque a própria neutralidade é uma opção. Quer dizer, não há assepsia política ou ideológica. O homem, desde os primórdios, tem sempre assumido uma posição. Basta ler a história das ideias para se ver que foi sempre assim.

A Comunicação Social e a cultura têm um papel importantíssimo na formação da consciência e das opções políticas. De modo que podemos dizer que esse sector é uma das nossas grandes fraquezas assim como tantas outras, como por exemplo, a não difusão de todo o trabalho teórico, colectivo ou individual do Partido porque, muitas vezes, não temos termos de referência, e, geralmente, cada um, nesse processo, produz ou, se não, recebe, lê... E, qualquer país que queira avançar tem de ter opção própria, que implica produzir as suas ideias, não sem referência, mas que estejam de acordo com aquilo que se quer e com aquilo que se pretende. De modo que, essa questão da Comunicação Social é, enfim, um problema sério.

Um outro elemento importante nas nossas condições, é o seguinte: há necessidade de valorizarmos o que temos feito em matéria de criação política porque se não, estaremos sempre a absorver o que os outros têm criado em situações diferentes e com objectivos talvez divergentes dos nossos. Assim acho que a Comunicação Social, repetindo um pouco, tem precisamente o papel de veicular, de valorizar em todos os aspectos o que temos feito, de agir e ter opinião na base da nossa experiência vivida e realizada. São a nossa prática, a nossa experiência, os anos que temos como país independente, que constituem, parece-me, o património mais importante para inspirar quer os militantes quer os jornalistas.

Não podemos negar que haja uma luta de ideias no âmbito internacional. Pensar que não haja luta de ideias é ignorar o mundo, porque há milhares ou milhões de estações de rádio-difusão, milhares de estações de televisão, jornais e agências de imprensa, cada um dando a sua interpretação dos factos de acordo com o ângulo com que vê os seus planos.

De modo que esse problema não é pacífico nem linear. É nesse quadro de debate que queremos ter ideias próprias e que eu penso que a nossa Comunicação Social deve preparar-se para a valorização dessas ideias porque não há desenvolvimento sem ideias próprias. O homem destituído de ideias próprias não faz desenvolvimento nenhum; poderá ser um seguidor, poderá ser um "carneiro", mas jamais será um homem autónomo e responsável.

Também não acredito que a gente valorize e viabilize o nosso país se não tivermos um conjunto de ideias próprias. O nosso trabalho deverá ser precisamente neste sentido. Pode-se pensar que as minhas ideias são nacionalistas. Elas são-no no bom sentido da palavra, no sentido que me leva a identificar-me comigo mesmo e a assumir as minhas responsabilidades como país, como homem e como povo.

O próprio comunicado fala de vontade colectiva. Ora, um povo despersonalizado não tem vontade colectiva porque tanto lhe serve uma coisa como outra. A Comunicação Social, do nosso ponto de vista, deve servir para reforçar essa vontade colectiva para que se possa ultrapassar as dificuldades de construir esse país novo que queremos e, sobretudo, para que a gente possa sair da cauda do petão e

NOTA DE ABERTURA

Sob a presidência do Secretário Geral, Camarada Aristides Pereira, o Conselho Nacional do PAICV reuniu-se na Praia, na sua VII Sessão Ordinária, de 23 de Junho a 2 de Julho de 1987.

Incidindo sobre o Partido e a prática política, a profunda reflexão balanço que nesse dia prendeu a atenção dos dirigentes do Partido, abordou particularmente a forma como este vem exercendo o seu poder político, numa sociedade que se torna cada dia mais complexa em consequência do seu desenvolvimento, a que não é estranha a forte influência de factores externos.

Considerando que a acção do Partido deve ser analisada na sua globalidade, em todas as formas da sua intervenção, para se poder fazer uma avaliação correcta do seu desempenho, o Conselho Nacional sublinhou ainda que a tarefa de construção de uma sociedade livre e próspera só poderá ser obra de um Partido cada vez mais forte, coeso e disciplinado.

Os peigos do Neo-Colonialismo em relação aos quais a vigilância dos militantes deve ser permanente, a acção política e ideológica na sociedade, a política de quadros, a acção dos órgãos de Direcção do Partido bem como dos organismos intermédios e de base, foram outos os aspectos que mereceram da parte do CN uma análise profunda e detalhada.

Como não podia deixar de se: a evolução da sociedade caboverdiana e as contradições a ela inerentes, o funcionamento do sistema político foram também questões igualmente debatidas.

Apesar de ter sido uma reunião ordinária normal, este CN assumiu particular relevância tendo em conta a elevada qualidade dos debates em que participaram todos os membros e as importantes contribuições que estes deram.

As discussões irão continuar com vista ao seu aprofundamento no seio das estruturas do Partido, pois considerou-se que esta reunião do CN constituiu o primeiro passo na preparação do III Congresso do PAICV.

O conteúdo deste número de Informação, estamos certos, facultará aos militantes elementos que lhes permitirão ficar com uma ideia clara das principais questões que foram objecto de análise e discussão na reunião do CN.

INTERVENÇÃO DO CAMARADA ARISTIDES PEREIRA SECRETARIO GERAL DO PAICV, NA ABERTURA DA VII REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL

Ao iniciarmos os trabalhos da VII Reunião Ordinária do Conselho Nacional, queremos saudar os camaradas presentes, especialmente aqueles que vivem menos próximos do nosso convívio quotidiano. Igualmente, não queremos deixar de expressar o quanto nos sentimos satisfeitos por uma vez mais nos encontramos reunidos para debater questões de capital importância para a vida do Partido e do nosso povo.

A reunião que ora abrimos, não obstante a sua importância particular, situa-se no quadro normal da vida do P.A.I.C.V., tendo já estado inscrita no calendário dos trabalhos da Comissão Política por ocasião do X Aniversário da Independência Nacional.

Tendo sido cometido ao Partido a tarefa de guiar a sociedade, definindo as políticas e as etapas do desenvolvimento nacional, nada mais natural que periodicamente se faça uma reflexão-balanço sobre o caminho percorrido, particularmente no que se refere a questões de estratégia e tática.

Ora, acontece que o processo de reconstrução nacional em que nos encontramos empenhados é bastante complexo, tanto pelos seus elementos internos como pela sua inserção no mundo em que vivemos. Já no início da independência teríamos alertado para esse facto e especialmente para a acentuação das contradições que necessariamente o desenvolvimento nacional engendriaria.

Sendo a direcção colectiva um dos pilares em que assenta o Partido, pensamos que é na reflexão colectiva dos problemas, confrontando-se as diversas experiências que podemos encontrar as melhores soluções.

Ora, o Conselho Nacional quer pelas suas funções, quer pela sua composição, integrando responsáveis dos diferentes sectores de actividade, está em condições de proceder a uma discussão ampla e profunda dos problemas do Partido e do país. Entendeu ainda a Comissão Política ser útil convidar os primeiros secretários do Partido nos Sectores, quer pelo que representam como componente importante na prática política partidária, o que não deixará de enriquecer a discussão, quer pelo seu papel na veiculação das decisões que forem adoptadas.

CAMARADAS,

De entre as várias questões inscritas na Ordem do Dia, embora todas sejam importantes, há uma que julgamos fundamental que é a problemática da prática política do Partido no desempenho das suas funções de direcção.

Trata-se dumha questão inúmeras vezes debatida, ainda que quase sempre na sua vertente relações Partido/Estado e ainda mais precisamente Partido/Administração. Contudo, a persistência com que o problema é levantado pelos militantes e pelas estruturas leva-nos a concluir que algo poderá não estar bem, seja no seu equacionamento teórico, seja na aplicação prática.

Antes de mais, é de se ter em consideração que a questão das relações Partido/Estado não é de fácil tratamento, nem teórica nem praticamente. As soluções avançadas pelos diversos sistemas políticos estão longe de dar satisfação plena, em virtude de trazerem em si vários elementos contraditórios. E

sobre a administração do Estado, quero dizer que qualquer Partido no poder fá-lo, seja ele conservador, progressista, socialista, social democrata, comunista. É só ir a qualquer país do mundo para o verificar; a maneira como ele é feito é que difere.

Tenhamos em conta que o objectivo de qualquer Partido político é a tomada de poder, e se ele toma o poder, tem de o exercer. Ora, para o exercer, terá que ter controlo sobre os organismos do Estado. Se não, ele não exercerá poder. É o próprio exercício do poder que exige isso, não se trata de criação nova. Portanto, é normal que afirmemos isso claramente para que não haja confusão a esse respeito.

Ora, esse controlo, como já dissemos, far-se-á de maneira diferente, porque, por um lado, queremos que a Administração realize de facto os objectivos da nossa política, mas por outro lado, queremos activar ou dinamizar a própria administração na realização desse objectivo. Quer dizer, faz-se de duas maneiras: através do seguimento e controlo dos órgãos especializados e através da dinamização da intervenção política.

Se verificar, o comunicado diz que toda a acção do Partido deve conduzir a que se evite uma excessiva autonomização do Estado. Por isso é que um dos pontos da nossa política é a participação que pressupõe a não autonomização excessiva do Estado, mas sim uma intervenção activa do cidadão na sociedade. Daí que o nosso Estado também seja diferente. Mas passar dum comportamento cultural, administrativo, centralizador como era o Estado fascista português, para uma concepção diferente, participativa, implica resistências mentais, pois é uma questão de métodos e de hábitos. Daí que se tenha de afirmar, isto é, se tenha de agir neste sentido, pois, por causa da experiência e da formação do nosso pessoal, todas as vezes que procuramos institucionalizar o sistema, temos um certo "handicap", encontrando resistências sobretudo no domínio da elaboração das leis.

Também a não preparação correcta de todo o processo de elaboração das leis conduz a isso, porque qualquer lei, em princípio, deve ter uma base de investigação prévia num quadro político, e não basear-se numa certa abstracção que seria o direito comparado. Direito comparado sim, mas valorizando sempre a experiência dos doze anos, a dinâmica social, o que as pessoas têm feito e o que não têm, o que as pessoas pensam quanto a esse sistema. Daí

que, veja, há muito que fazer nessa matéria.

Quanto ao programa de acção parlamentar, se reparar, o discurso de abertura do próprio Camarada Presidente da A.N.P. deixa prever essa possibilidade. É este o sentido de uma ampla consulta aos órgãos superiores do Partido e, inclusivé, de colaboração com o Governo. É claro que o Partido, ao lançar o seu programa, o seu projecto de sociedade, muitas vezes ele próprio pode encontrar dificuldades na sua materialização. Daí que nós pensemos que a própria estrutura e o funcionamento do que chamamos o aparelho auxiliar do Partido, quer dizer, o Secretariado, tenha que mudar, e a própria direcção tenha de aprofundar a sua reflexão sobre os vários aspectos da vida política do país. Pensamos que sim, que obedecendo sempre ao quadro jurídico ou institucional existente e respeitando sempre o que a lei estabelece, a acção parlamentar do Partido vai ser muito mais dinâmica.

Fernando Monteiro (Tribuna): É inquestionável a importância do papel dos órgãos da Comunicação Social na formação de uma opinião pública esclarecida e prático, na criação das premissas para uma participação activa do cidadão na vida nacional. O Conselho Nacional analisou esta questão. Gostaria que o Camarada Pedro Fies a comentasse destacando, se possível, as tarefas prioritárias dos órgãos da Comunicação Social para o momento político em que vivemos.

Pedro Fies - Muito já se falou sobre o papel dos órgãos da Comunicação Social, mas isso é outra questão que deve ser vista com maior clareza.

A Comunicação Social, efectivamente, é um meio de difusão de ideias. Ora, quando nos referimos ao aspecto jurídico da intervenção do Estado e quando falamos também um pouco antes, das resistências, não nos referimos a resistências pessoais, mas a resistências mentais e de comportamento.

Nesse âmbito também podemos referir-nos à Comunicação Social porque ela é um meio claro ou subreptício de veicular ideias e ideologias. Temos sido claros nesse aspecto.

Do nosso ponto de vista, a Comunicação Social, apesar de haver quem defenda isso, raras vezes é objectiva porque essa objectividade depende muito

mais a função do Partido de um ponto de vista puramente simplesmente administrativo ou dando ordens.

De modo que consideremos a animação uma maneira de levar a palavra de ordem do Partido, a sua ideologia, a sua mensagem, mas sobretudo uma maneira de fazer com que as pessoas participem em todo esse processo complexo de desenvolvimento económico-social porque não há desenvolvimento sem consciência política, sem consciência social, e também sem um grande esforço da sociedade.

Entim, creio que, nas nossas condições, não há desenvolvimento sem sacrifício. Fazer sacrifícios não significa passar mal, não. Sacrifício, penso, é o esforço. Se um indivíduo tiver de trabalhar 10 horas por dia, está a fazer um sacrifício, está a fazer um esforço. Não é só passar mal, fome ou outra coisa do género, não! É o esforço a mais ou anormal que somos obrigados a fazer para que não fiquemos sempre na cauda do pelotão. Podemos não ter a camisola amarela, mas temos de sair da cauda.

Ora, para se sair da cauda é preciso um grande esforço intelectual, moral, físico, etc. Mas o problema é como estimular as pessoas e levá-las a fazer esse esforço. Terá de ser através desse trabalho de persuasão e de convencimento. Mas terá de ser através da acção prática porque, como sabe, há resistência, há critérios ou conhecimentos que assimilámos. Não queremos uma sociedade egoísta e individualista em que se utilize uma lei selectiva que significa o seguinte: que haveria um grupo privilegiado, que não se importaria com o destino do resto. Queremos que prevaleça, na nossa sociedade, uma mentalidade solidária, porque não poderemos enfrentar os desafios que temos à nossa frente se não fôr de uma maneira solidária, se todos não nos sentirmos caboverdianos e igualmente responsáveis e solidários pelo destino do nosso país.

Daf que falemos também de designio nacional. Não é possível avançarmos se não fizermos daquilo que queremos o desejo de todos. Não acredito que se possa considerar como um país equilibrado, justo, ou até desenvolvido, um país que exclui do usufruto daquilo que produz uma boa parte da sua população. Isso já não seria democracia, seria outra coisa.

Deste modo, insistir-se na solidariedade social é contrariar a possibilidade de se ter uma mentalidade extremamente egoísta e individualista e a que se pense que o progresso se pode fazer à custa só de uma parte da nossa população. Todos terão de participar no progresso e todos ou, pelo menos a maior parte, terá de ser agente dele e, de uma maneira ou

de outra, usufruir dos seus resultados.

A ideia de democracia está precisamente contrária na solidariedade social. Ora, a democracia que temos vindo a praticar é a que estamos a ver. Primeiro, permitir, ou antes, estimular a participação dos cidadãos, criar condições de acesso da maior parte dos cidadãos a certas necessidades sociais como o ensino, a saúde, a cultura, etc.

Mas, para nós, outro aspecto importante é levar a que haja uma eficiente acção política no nosso país, não elitista, mas geral que permita que o povo entenda esse processo, o faça seu e intervenha na sua realização, individual ou organizadamente. É o que temos chamado democracia participativa. Também pensamos que não se fará o desenvolvimento sem essa responsabilização das populações, dos cidadãos, sem estes se sentirem parte e actores desse processo. Não haverá desenvolvimento se as amplas camadas da população não tiverem acesso a essa cultura indispensável. O desenvolvimento não será um desenvolvimento de ignorantes, não é possível! Há necessidade de uma cultura geral mínima, de uma cultura técnica mínima para que se faça o desenvolvimento.

O desenvolvimento, já o dissemos, far-se-á na base da participação mas também no do entendimento recíproco. De modo que, qualquer de nós precisamos, na nossa comunicação com o cidadão comum, camponês ou operário, entender-nos na base de alguns conceitos. Nós que dirigimos temos de ter uma linguagem acessível, mas o cidadão comum também terá que ter os conhecimentos mínimos para que possa entender a política, a economia, a cultura, etc.

Portanto, democracia, do nosso ponto de vista, é algo extremamente amplo que abarca vários aspectos da vida política e social de qualquer país.

Júlio Vera-Cruz Martins (Rédio Nacional): Camarada Secretário Geral Adjunto, a função dirigente do Partido passa, como diz o documento, pelo controlo da administração do Estado. Pergunto se o Partido não prevê o estabelecimento de um programa de acção parlamentar.

Pedro Freix — Quanto ao exercício do controlo

vinda quando dessem satisfação plena aos militantes na sua globalidade (mera hipótese teórica), certamente não responderiam às aspirações de muitos dos não militantes.

Isto contudo, não implica que deixemos de analisar a situação e de procurar as melhores soluções que o momento exija e também permita.

CAMARADAS,

Se a questão do exercício do papel dirigente tem sido posta, como dizíamos, mais em termos de relação Partido/Estado, não podemos, principalmente no momento em que nos encontramos, ficar por essa visão que, por reductionista, poderá induzir a erros e omissões graves.

Temos de situar o problema da direcção a partir duma visão mais ampla, da relação do Partido com a sociedade, a nível das estruturas e dos membros, sejam militantes ou dirigentes, na sua capacidade de orientar o desenvolvimento e gerir os conflitos que engendra.

A luta contra o subdesenvolvimento é justamente considerado o maior problema que a humanidade jamais enfrentou. Estando os factores internacionais na origem do subdesenvolvimento, ou pelo menos desempenharam um papel determinante para ele, é natural que na sua liquidação se tenha altamente em conta esses factores.

Contudo, a solução internacional não é para hoje. A ordem internacional injusta permanece e as pressões externas são constantes. A imposição de projectos, o condicionamento da ajuda, a tentativa de diluir a acção do Estado, a venda de modelos e padrões de consumo e de vida, são exemplo das pressões nos campos político, económico e cultural, com vista à perpetuação do subdesenvolvimento.

Assim, a procura de solução em âmbito nacional, ainda que possa parecer uma quimera, revela-se ser a tarefa principal, tanto mais se se tiver em consideração a influência dos factores internos nas relações internacionais. Com efeito, o subdesenvolvimento é um círculo vicioso, que tende a reproduzir-se em virtude dos mecanismos de dominação implantados pelo poder colonial e não ser que estratégias nacionais claras de curto e longo prazo sejam estabelecidas e aplicadas para provocar as mudanças estruturais, quantitativas e qualitativas, indispensáveis à descolagem e inserção autónoma no sistema internacional do trabalho.

O desenvolvimento nas nossas condições é um processo extremamente complexo, na medida em que requer transformações radicais — económicas,

sociais e políticas — para que efectivamente se possa falar de desenvolvimento e como a experiência nos terá já ensinado nada mais difícei do que proceder a mudanças profundas em qualquer sistema social.

Os imperativos do desenvolvimento exigem todo um conjunto de medidas que engendram necessariamente resistência e oposição e não apenas dos que julgam baixar o seu "status" mas mesmo entre aqueles, que sendo beneficiários potenciais, sentem-se afectados numa ou noutra direcção.

Não se pode ignorar estas e outras contradições, como as que opõem o desejo à realidade, que é o mesmo que dizer entre o objectivo e a capacidade da sociedade para preencher as condições requeridas pelo objectivo: a pressão das necessidades, alimentada por expectativas justamente criadas, à lentidão com que elas são satisfeitas, etc.

Os fenómenos sociais (por exemplo, os conflitos de interesses, os grupos, as classes, as solidariedades, a mobilidade social, as mentalidades) desenvolvem-se independentemente da nossa vontade, e estão patentes, à vista desarmada.

O importante é olhar a realidade de frente, analisar os problemas e as contradições que vão emergindo, e dar-lhes solução satisfatória, de acordo com a experiência vivida e as tendências progressistas de evolução das sociedades humanas.

Pelas tarefas e necessidades urgentes do desenvolvimento, pela natureza e magnitude dos conflitos a resolver, nos planos interno e externo, o processo não pode ser deixado à espontaneidade. Pelo contrário, requer uma direcção centralizada capaz de não só dar sentido ao desenvolvimento, de promover a mobilização de todos os segmentos da sociedade e canalizar devidamente os recursos do país, mas também de exercer o controlo social e político e de agir para a superação oportuna das contradições e conflitos bem como de outros factores susceptíveis de entravar o processo.

A liquidação progressiva dos mecanismos de dominação externa, a mobilização e afectação dos recursos, a integração e a reestruturação da economia e da sociedade, a gestão da força de trabalho, determinam a necessidade de centralização e a participação e intervenção crescente do Estado no desenvolvimento económico e social.

O desenvolvimento tem, pois, os seus custos sociais e mesmo psicológicos e físicos, que nem todos estão dispostos a pagar. Mesmo entre nós militantes, quantas vezes não apoiamos ideias, concordamos com objectivos mas enquanto estão no abs-

tracto, isto é, enquanto estão no papel. Quando vamos à prática começam as dúvidas e mesmo as resistências.

Objectivamente, na sua aplicação, a política de desenvolvimento encontra forte resistência e oposição, deliberada ou subconscientemente, motivadas quer pelos interesses afectados quer por conservadorismo natural.

CAMARADAS,

Estamos atravessando um momento decisivo, que exige inteligência, criatividade, habilidade e comprometimento de todos, particularmente daqueles que exercem funções de direcção política, para que abraçemos de forma irreversível a via do progresso e da justiça social, e haja efectivamente desenvolvimento.

O facto de na sua manifestação exterior as contradições não serem ainda agudizadas não se pode deixar de senti-las, e por isso mesmo é o momento de a direcção actuar, analisando e perspectivando a evolução da situação e adoptando as medidas necessárias. Na capacidade de antecipação na análise dos fenómenos reside, de resto, uma das características de uma boa direcção.

Não podemos ainda afirmar que a ideologia do Partido se constituiu em convicções, orientações e normas valorativas para toda a sociedade. Há muito trabalho a fazer, muitos sacrifícios a consentir.

Na nossa prática política temos de combater certas tendências que a persistirem prejudicariam altamente a nossa acção.

Na administração é a mentalidade tecnocrata que, se não for contra-balançada pela componente político-ideológica, tende a tornar-se elitista. Na prática acabará por afastar as massas de gestão pública e, portanto, do poder, e, logicamente, cria a propensão à autoreprodução de classe.

Entre os militantes, além do mesmo mal de que, como é óbvio, muitos sofrem, enquanto elementos da administração, não se pode deixar de apontar uma certa dificuldade na apreensão global do processo político, com todos os seus meandros, para se ficar em análises parciais e questões pontuais. A dúvida e a desconfiança sistemáticas acabam por minar o moral, conduzindo à permissividade e à passividade, com prejuízo para a necessária combatividade e para o esforço que requer a preparação capaz de institucionalmente influenciar todo o processo na respectiva área de acção.

Há que introduzir mudanças no nosso sistema de direcção, a nível do Partido e do Estado, colectiva e individualmente. O empirismo tem de ceder lugar a um trabalho melhor preparado, mais coordenado e integrado dos diversos componentes do nosso sistema político, mais científico, diríamos.

No que se refere aos órgãos colegiais, temos de buscar a eficácia e a eficiência, privilegiando o tratamento oportuno dos problemas de fundo e dando um conteúdo mais rico às suas decisões.

Mas é fundamental que estejam conscientes do facto de que uma vez adoptadas as decisões pelo órgão competente, é de certo modo da responsabilidade individual a sua materialização ou então ficam letra morta.

Não há Partido sem uma vontade firme e decidida dos seus membros, especialmente da sua direcção, em cumprir e fazer cumprir as suas decisões.

Não há Partido se não houver determinação de cada um dos seus membros, seja qual for a sua função, em contribuir no dia a dia da sua acção para que efectivamente se fortaleçam os laços que devem unir os militantes na obra comum.

Para que o Partido cumpra o seu papel em direcção à sociedade e realize o seu programa, face à complexidade dos problemas, aos constrangimentos—muitos dos quais resultados no II PND—, conflitos e resistências que se levantam, tem de elevar continuamente o nível da sua direcção e de se apresentar na acção cada vez mais unido, coeso e confiante no futuro.

A ampla democracia interna, a pluralidade de expressão quanto às políticas, às vias e os métodos de sua aplicação, são indispensáveis à formação do pensamento político do Partido e ao reforço da sua base ideológica, à coesão dos membros. Mas, na acção, se não fizermos prevalecer a unidade, não haverá garantia do êxito nem verdadeiramente da existência do Partido.

Com a nossa reflexão sobre a prática partidária, pretendemos, a partir do caminho percorrido e da situação presente, perspectivar o futuro e traçar as orientações que poderão manter a nação caboverdeana no caminho do desenvolvimento.

Pretendemos que no debate se tenha em conta os vários factores no exercício da direcção. Assim, ainda que em breve relance, devemos analisar como se constituiu e desenvolveu o Partido, quais os factores favoráveis, as limitações, o que se pode esperar.

O exercício da função dirigente nos diversos escalões, os métodos da acção ideológica, a gestão de quadros, o funcionamento do sistema político, a re-

O CN reconheceu a necessidade de valorizar e reforçar o papel dos órgãos intermédios e de base do Partido e a nossa 1ª pergunta é: se não se estivesse a tentar descentralizar a função dirigente do CN, neste caso?

Como força política dirigente da sociedade e do Estado, o Partido tem um papel de intervenção de primeira grandeza. Contudo, dá-se uma grande importância à animação social. Como é que o Cda, Pedro Pires pensa que esta componente poderá desenvolver-se?

O comunicado falou sobre a solidariedade social. O que poderá significar esta solidariedade social num país de limitados recursos financeiros como Cabo Verde e onde a participação popular é um valor comum dos seus cidadãos?

A democracia é um conceito que tende a ser desvirtuado de várias maneiras. E sabemos que um dos nossos combates vai no sentido de realizar a plena democratização da nossa sociedade. Que passos já temos e quais os que ainda podemos dar no presente estado de desenvolvimento político, económico, social e cultural de Cabo Verde?

Pedro Pires — O nosso princípio é o do centralismo democrático. Ora, o centralismo democrático pressupõe precisamente isso: o jogo dialéctico entre a centralização e a descentralização. Há questões que dependem do centro, há questões que dependem, no nosso caso, dos sectores, havendo um alto contributo de base destes para a formação da decisão e, depois, o controle ou acompanhamento da aplicação da decisão. Mas, ao mesmo tempo, os órgãos intermédios do Partido têm funções estatutárias que lhes dão uma função de direcção, a sua nível.

Pensamos que esses órgãos poderão ser ainda muito mais activos sobretudo se aproveitarem todas as potencialidades existentes nas organizações do Partido nos Sectores. Os órgãos nacionais têm funções em matéria de execução, de aplicação das políticas do Partido, mas as suas funções nesse âmbito são mais limitadas.

Quem vai, de facto, pôr em prática toda a política partidária são os órgãos sectoriais, os órgãos intermédios. Eles têm uma função extremamente importante. E se não forem criadores e activos, podem bloquear o próprio funcionamento do Partido.

Se tiverem uma atitude de aguardar sempre directivas muito bem elaboradas e muito concretas do centro pode ser que bloqueiem o funcionamento do sistema. Daí que haja necessidade de reforçar os órgãos intermédios para que eles sejam mais dinâmicos e tentem tirar proveito de todas as potencialidades do Partido no Sector.

Se observar o comunicado, verá que uma das ideias mestras da reunião é ver o Partido no seu todo e os quadros do Partido também no seu todo. Que dizer, os quadros que trabalham no Partido (os profissionais) e os que trabalham no Estado, mas, ao mesmo tempo, estender a noção de quadro a todos aqueles que possam dar um contributo de qualidade para a difusão e o enriquecimento da prática do Partido. Ora, quem está em condições de o fazer? Do nosso ponto de vista, são precisamente os órgãos sectoriais e regionais. Daí que se chame a atenção para a necessidade de esses órgãos terem em devida conta as orientações do Partido e o seu papel.

Mas vejamos a questão da gestão dos consensos. Quem é que vai criar o consenso?, isto é, debater as questões? É claro que serão os órgãos intermédios a promover esse debate, o poro menos, a dirigir a sua realização, porque é extremamente difícil que os órgãos centrais o façam. Eles poderão dar orientações mas quem deve fazê-lo na prática, ter essa intervenção ou dirigi-la está claro que são os órgãos intermédios. Os órgãos intermédios têm de ter clara a sua função, a sua intervenção que não depende exclusivamente de orientações concretas mas sim de orientações gerais que eles terão que, não diria interpretar, mas de operacionalizar. De modo que, efectivamente, os órgãos intermédios são de extrema importância na vida do Partido, e se eles não funcionarem bem, o Partido não funcionará bem.

Quanto à intervenção do Partido, ela faz-se de diversas formas. É uma intervenção que podemos chamar complexa e multifacetada. Há intervenção dos seus órgãos centrais, dos seus órgãos intermédios, dos seus órgãos ideológicos, mas há a intervenção dos seus militantes nos órgãos do Governo e na Administração, nas outras instituições, nos locais de trabalho e de residência. E há ainda intervenção dos seus militantes sob a forma cultural.

Daí que a animação social seja uma forma de intervenção.

Não é uma intervenção em si, é uma maneira de fazer a intervenção. Esta poderá ser directa, dumaneira a que podemos chamar de "catequese", e indirecta, que é a maneira de levar a fazer as coisas até se descobrir, afinal, que essas coisas são próprias e que se podem fazer.

Não se deve, do nosso ponto de vista, pensar que a intervenção política se resume a dar ordens ou a dar directivas; a intervenção política faz-se através da orientação, da criação mas, sobretudo, através da acção que se reveste, de milhares de formas, orioes. Seria extremamente reduzir esquematizar de-

aspectos que poderão ser aperfeiçoados e de o ver no seu todo e não num só dos seus aspectos ou níveis.

Quanto à bipolarização entre o Estado e a Igreja, talvez a pergunta não esteja bem feita. Talvez quisesse ir um bocadinho mais longe do que isso, quisesse referir-se à Igreja e ao Partido, visto que o Estado é de toda a gente e não estou a ver como é que haveria essa "guerra" entre a Igreja e o Estado. Não a vejo num quadro de Estado/Igreja, vê-lo ia mais com a força política que dirige esse Estado. Talvez tivesse pensado nisso porque pensar no Estado e não pensar no Partido... não acredito.

Não penso que seja essa a visão mais clara.

Sobre isso eu quero dizer ainda que talvez quisesse falar da Igreja Católica e não da Igreja, porque, para nós, além da Igreja Católica há outras religiões no nosso país: há as Igrejas Protestantes, há o Racionalismo Cristão e outras manifestações religiosas. Portanto, este problema não se põe entre o Partido ou o regime e a Igreja no geral. Queria referir-se precisamente à Igreja Católica porque não tem havido questões, conflitos, se se pode chamá-los assim, entre o Governo ou as instituições e quaisquer das outras igrejas.

Eu diria que para analisar, apreciar as opções do Partido, teremos que fazê-lo de um ponto de vista histórico. Analisar uma questão através de um ou dois incidentes não creio que seja uma perspectiva clara e adequada. Prefiro que se tenha uma visão histórica.

Na Constituição caboverdiana está escrito que o Estado protege as religiões, as confissões, portanto, esse Estado não entraria em conflito com elas se, precisamente, ele se atribui esse papel. Também, durante a nossa luta de libertação e nos primeiros tempos, sempre combatemos o que chama bipolarização, porque não acreditamos que devamos dividir o nosso país em crentes e não crentes, católicos e não católicos.

Para nós existe um povo caboverdiano com todas as suas "nuances" religiosas. Portanto, não fazíamos jamais uma política que se orientasse nesse sentido. Não é essa a nossa opção; é precisamente o que não temos vindo a fazer. Nesse aspecto, a posição do Partido, do Governo e das outras instituições do Estado é clara. Inclusive, no começo, não diria que não teria havido essa tentação, mesmo entre nós. Mas fomos claros: é impossível e é desoportunizado tentar dividir um povo segundo a sua religião ou segundo as suas opções filosóficas.

Haverá neste momento uma bipolarização entre a Igreja e o Estado? Eu não acredito. Não acredito porque tirando duas questões — a questão da a-

provação da Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez e a desse assalto à Igreja da Praia — não sei se haverá outros incidentes. No que diz respeito à lei, era dever desse Estado promovê-la. E ele não obriga ninguém a fazer uso dela embora precise de a ter. Pensamos que os que se opuseram à lei, a única coisa, a melhor coisa que têm a fazer é o seguinte: não a utilizar, porque o seu uso não é obrigatório. Isto é claro.

Quanto à questão do assalto à Igreja Matriz da Praia (e não Catedral, como teria dito no seu despacho), acho que também não é um caso tão anormal, até porque, se não fosse uma certa susceptibilidade criada à volta da aprovação da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez talvez o facto tivesse passado despercebido.

Mas, face a isso, não passou despercebido. Significa que há alguma susceptibilidade à volta dessa questão. Por causa dessa susceptibilidade a Igreja ou os crentes católicos acharam se no direito de manifestar o seu repúdio a esse acto. Estamos de acordo. Também o fizemos, porque se é nossa função proteger as confissões religiosas e os lugares de culto não podemos estar de acordo com aqueles que os assaltam...

De modo que esteja descansado, pois, nós mesmos não o faríamos porque respeitamos os lugares de culto. É uma questão cultural. Daí que não estejamos de acordo que haja essa bipolarização. Haverá vontade disso? Se vontade houver, não será opção do Governo de Cabo Verde nem do PAICV. Somos contra a bipolarização da sociedade caboverdeana, tanto é que, se reparar, o comunicado insiste muito em consenso. Ora quem quer o consenso nega a bipolarização.

Agora, se me disser que o desenvolvimento poderá não ser pacífico nessa matéria, já é outra coisa, porque se houve esta lei, é possível que venha a haver outras. Não estou a prever nada, mas é possível que venha a haver outras. Aceitamos que o processo de desenvolvimento tenha as suas contradições, mas não optamos por bipolarização, optamos sim, pelo consenso nacional à volta das grandes opções.

Quanto à remodelação Ministerial não pensamos em nenhuma neste momento.

— **Arminda Barros (Secretariado do Partido): Bem, nós também temos 4 perguntas para fazer ao Camarada Secretário Geral Adjunto do Partido.**

lação entre a teoria e a prática, são aspectos importantes da acção de direcção.

Questões ligadas à estratégia política não poderão deixar de merecer a nossa atenção. De entre outras, mencionaremos a análise das forças sociais, o seu posicionamento face ao poder instituído e tendências de sua evolução; a prática da democracia e sua evolução; a política de unidade nacional; as actividades de oposição; a influência dos factores externos, seja os económicos e políticos, seja os culturais.

É por demais evidente que a estratégia tem de visar a realização dos grandes objectivos nacionais, fixados no II PND, sem o que a nossa acção política não ultrapassaria o puro dilettantismo académico.

CAMARADAS,

Ao trazeremos estas questões à análise, é o nosso objectivo o aprofundamento da prática partidária, já que julgamos que as orientações políticas de longo prazo definidas pelo II Congresso, continuam válidas. Outrossim, pensamos que a reflexão conjunta, ao trazer respostas para certos aspectos de questões que preocupam a muitos de nós, reforçará as convicções e contribuirá para a coesão interna de direcção e, portanto, para a qualidade da nossa intervenção na sociedade.

Por isso, em vez de trazer um projecto sobre o qual se fosse desenvolver a discussão — eventualmente se ganharia, assim, em sistematização e tempo — preferimos, numa primeira abordagem, que cada um pudesse livremente, isto é, sem rigidez, exprimir as suas preocupações sobre os problemas julgados mais importantes para a direcção política do país, na presente etapa da luta.

O III Congresso do Partido está praticamente à porta, pelo que lhe caberá aprofundar as análises que serão desenvolvidas aqui e traçar as directivas pertinentes.

Não significa que tenhamos de encaminhar tudo para o Congresso, pois há orientações que, desde já, teremos de aplicar por serem necessárias à própria preparação da reunião do órgão máximo partidário.

Sendo, como dissemos, um acontecimento normal da nossa vida, esta reunião do CN acumula, de certo modo, a característica de ser um acto superior de preparação do nosso III Congresso.

Que essa circunstância reforce em todo o sentido da busca das soluções mais justas aos problemas que durante os próximos dias vão ocupar este órgão, é

COMUNICADO DO CONSELHO NACIONAL

Sob a presidência do Secretário Geral, o Conselho Nacional do PAICV reuniu-se na Praia, na sua VII sessão ordinária, de 23 de Junho a 2 de Julho de 1987.

O Conselho Nacional procedeu a uma profunda reflexão sobre O PARTIDO E A PRÁTICA POLÍTICA, a partir de uma ordem do dia de que constavam os seguintes pontos:

1. A acção partidária
2. A solidariedade caboverdiana actual e tendências da sua evolução
3. A influência dos factores externos no desenvolvimento do país, e
4. Directivas para o reforço da acção do Partido na etapa actual.

A abrir a reunião, o camarada Secretário Geral fez um importante discurso introdutório, no qual ele realçaria a grande relevância desta VII sessão do Conselho Nacional, não obstante ela se inscrever no quadro da actividade normal do Partido, já que, "tendo sido cometido ao Partido a tarefa de guiar a sociedade definindo as políticas e as etapas do desenvolvimento nacional nada mais natural que periodicamente se faça uma reflexão-balanço sobre o caminho percorrido, particularmente no que se refere a questões de estratégia e tática". O camarada Secretário Geral chamou também a atenção para o elevado valor da "reflexão colectiva dos problemas, confrontando-se as diversas experiências" e indicou a problemática da prática política do Partido no desempenho das funções de direcção como a questão maior de entre as várias inscritas na ordem do dia. O camarada Secretário Geral situou "o problema da direcção a partir de uma visão mais ampla, na rela-

ção do Partido com a sociedade, a nível das estruturas e dos membros, sejam militantes ou dirigentes, na sua capacidade de orientar o desenvolvimento e gerir os conflitos que engendra".

Sendo o subdesenvolvimento o principal problema que aflige a humanidade nos nossos tempos, e estando na sua origem os factores externos, o camarada Secretário Geral considerou ser natural que esses factores também influenciem na sua liquidação. Contudo constatando a persistência de pressões com vista à sua manutenção, nomeadamente através da imposição de projectos, do condicionamento da ajuda e da venda de modelos e padrões de consumo e de vida, o camarada Secretário Geral diria que a independência económica tem que se basear em afiados esforços nacionais internos. Com efeito, afirmava ainda que o "subdesenvolvimento é um círculo vicioso, que tende a reproduzir-se em virtude dos mecanismos de dominação implantados pelo poder colonial, a não ser que estratégias nacionais claras de curto e longo prazo sejam estabelecidas e aplicadas para provocar as mudanças estruturais, quantitativas e qualitativas, indispensáveis à deslocação e inserção autónoma da divisão internacional do trabalho".

Falando de Partido, o camarada Secretário Geral sublinhou a necessidade do reforço da sua coesão e a indispensabilidade de um trabalho que conduza os militantes a terem conjuntos de ideias colectivas claras, pois que, "não há Partido sem uma vontade firme e decidida dos seus membros especialmente da sua direcção, em cumprir e fazer cumprir as suas decisões". Realçou ainda o camarada Secretário Geral ser essencial que se faça prevalecer a unidade na acção como garantia do êxito e da própria existência do nosso Partido. "A ampla democracia in-

Portanto, nós não vamos mudar porque tal coisa está na moda, ou satisfaz este ou aquele sistema, ou porque ficaria melhor, ou ainda porque tal organização internacional ou tal país acham que deveria ser assim. Pensamos que o critério deve ser o da prática. O que é que nos diz a prática? O que é que nos dizem os resultados? Penso que é nessa base que devemos avaliar o sistema político caboverdiano. É nessa base que o Partido avalia a sua acção, a sua intervenção, é nessa base que ele avalia o sistema que instituiu.

Pensamos que este sistema permite uma ampla participação das populações na vida política, ao mesmo tempo que permite através desta sua educação e formação política e garante o desenvolvimento do país bem como a realização dos objectivos fundamentais a que aspira qualquer povo do mundo. Neste caso estamos a pensar nos povos africanos. Parece-nos que, ao avaliarmos os nossos resultados, não devemos pensar só neles. Devemos pensar na experiência vivida à nossa volta e quais foram os resultados de outros que optaram por sistemas semelhantes. É este o aspecto fundamental da questão.

Mas mais, o processo de desenvolvimento, pensamos nós, é exigente, para não dizer "violento". E para se garantir resultados, é necessário que haja de facto um movimento político, que leve a bom porto. O desenvolvimento não é uma questão pura e simplesmente teórico-científica. Tem de haver movimento social a seu favor que o aceite e assumo os seus objectivos com todos os dados inclusivo os sacrifícios necessários.

Pensamos que é nessa base que se pode avaliar o sistema político caboverdiano. Mas, infelizmente, quando se avalia esse sistema temos duas variantes mais frequentes: ou nos dizem que não somos africanos — quando apresentamos os nossos resultados como resultados africanos dizem-nos: "Não, vós não são africanos ou serão não africanos diferentes", ou então, falam de nós como gente de personalidade e pessoas trabalhadoras e esquecem-se, precisamente, dos fundamentos ideológicos do sistema. Ora, parece-nos que é o sistema político que permitiu o desenvolvimento do nosso país e a conquista dos resultados conseguidos. Portanto, é nessa base que o CN analisou essa questão chamando a atenção, ao mesmo tempo, que é também de boa política ter em conta as críticas.

Luís Magalhães (Luna). Estamos em vésperas do 5 de Julho. Que ideia o Sr. I? Ministro quando olha retrospectivamente, para esses 12 anos, tem muitos gerios e muito breves?

O comunicado do CN aponta, entre outras coisas, a necessidade de melhorar o que pode ser melhorado referente ao regime eleitoral. É possível concretizar um pouco mais esta questão?

Depois, queria saber se o Sr. I? Ministro concorda com algumas opiniões que onem segundo as quais a sociedade caboverdiana está a bipolarizar-se em torno da Igreja e do Estado.

E, por último, queria só saber se está previsto para breve alguma renovação ministerial.

Pedro Pires — Relativamente aos 12 anos acho que não valerá a pena falar disso porque já falamos muito. Inclusive, na nossa última intervenção na A.N.P. depois dos resultados do último ano. O que podemos dizer é que consideramos esses 12 anos de vida do país independente como anos de avanço embora, tenhamos à nossa frente várias dificuldades que se referiu o próprio II Plano de Desenvolvimento que nós aprovamos no mês de Dezembro passado.

A nossa TV tem passado muitos documentários interessantes sobre Santo Antão. Poderá ser de dois aspectos interessantes destes 12 anos pois significa que se conseguiu levar as realizações a quase todos os recantos do país. Creio que este aspecto é de se realçar.

Creio também que o facto de se realizar as comemorações do 12.º aniversário na ilha de Santo Antão é um elemento interessante na medida em que com actos dessa natureza queremos fazer uma maior integração do país, levar a que os nacionais, os caboverdianos, em qualquer das ilhas, sintam a Independência e tenham contacto com a direcção do país e ainda permitir o intercâmbio entre pessoas das diferentes ilhas e, desta forma aumentar a coesão nacional.

Creio que o que se passou em Santo Antão será, é claro, muito diferente de uma comemoração na Praia ou em S. Vicente, mas dará uma imagem do nível de unidade do nosso país e da adesão dos caboverdianos ao Estado e ao Partido que está na base da criação e do desenvolvimento desse Estado.

Quanto ao regime eleitoral, não posso fornecer nada de especial neste momento tendo em conta que nós estamos a estudar essa questão. Temos uma comissão encarregada de aprofundar todos os

CAMARADA PEDRO PIRES, APRECIA EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA OS RESULTADOS DA VII REUNIÃO DO CN

Philippe de Sá (TVEC): Quais são os aspectos mais relevantes da actual etapa de desenvolvimento nacional cabo-verdiano e em que medida a presente estrutura organizativa do Partido corresponde às exigências que lhe são feitas?

A segunda pergunta refere-se ao pluri-partidarismo. O Conselho Nacional abordou esta questão. A que conclusão é que se chegou quanto a este tema?

Pedro Pires — Penso que o comunicado do CN é explícito em várias questões, mas talvez não seja tão explícito noutras. O desenvolvimento, em qualquer sítio, traz, com certeza, problemas novos, sejam eles sociais, culturais, ou outros. Mas também é facto que, ao mesmo tempo, o desenvolvimento traz diferenciação social.

Também há necessidade de dar atenção à criação das condições que garantam o desenvolvimento. Quero referir-me à administração e aos técnicos porque, para promover e gerir o desenvolvimento, é necessário que tenhamos uma capacidade nacional. Ora, essa capacidade baseia-se precisamente na formação e aperfeiçoamento dos quadros.

Como vêem, o desenvolvimento é algo que é dinâmico, algo que não pára: é sobretudo mudança: mudança nas estruturas económicas, nas estruturas sociais, e também de mentalidade.

Mas é claro que o desenvolvimento exige, para além de como já dissemos atrás, capacidade e competência, um conhecimento mais aprofundado da realidade social que é dinâmica em todo esse processo e que não deve ser vista de maneira excessivamente sectorizada, atomizada, mas sim no seu aspecto global. Ora, aí põe-se precisamente o problema da direcção e orientação de todo o processo e, então, levanta-se a necessidade do próprio Partido se desenvolver. Isto é, o Partido tem de aumentar a sua capacidade no que diz respeito ao conhecimento do processo em curso, da sociedade, das mudanças que

têm lugar, o que o obriga a ser mais dinâmico, mais formado, mais capaz e mais experiente.

Mas como o próprio desenvolvimento é movimento, é normal que estruturas e métodos de trabalho que pudessem servir há 10 anos, na altura da Independência, que serviram há cinco, possam não servir hoje. Não que já não sirvam hoje...

Daí a necessidade do aperfeiçoamento da acção do Partido, do aperfeiçoamento da sua própria estrutura, métodos e estilo de trabalho. Ora, eu creio, e o que traduz ou deixa ver o comunicado do CN é que há necessidade de o Partido estar sempre actualizado e em forma para acompanhar e orientar adequadamente o processo.

Quanto ao pluripartidarismo, é claro que também teremos que discutir. É uma questão, sobre a qual sempre trocamos opiniões.

Mas para nós o problema não se põe nesse pé. Nunca falamos do pluripartidarismo no nosso sistema, nunca nos referimos a isso. Os documentos do Partido são claros nesse aspecto. Não acreditamos que tenhamos necessidade de mudar.

Para nós o importante são os resultados: eles é que dizem se o sistema é mau ou se é bom e não os preconceitos ou, tentativas de imposição do exterior, pensamos que não; do nosso ponto de vista, o critério de avaliação que melhor serve é o da prática. O que nos diz a prática? O sistema político cabo-verdiano criou condições para o desenvolvimento do país, ou não? Criou condições para que o país se prestigiasse? Embora o nosso país seja pequeno e pobre tem muito mais prestígio do que a sua dimensão física. Penso que ninguém desconhece isso, mas mais do que isso, face também à limitação dos seus recursos, creio que conseguiu muito mais resultados do que se poderia prever. E vive-se em Cabo Verde um clima de adesão ao regime, ao Estado e também um clima de consenso, creio eu. Poderá haver algo, pequenas coisas, mas creio que podemos dizer que há um clima de consenso quanto às opções deste sistema político, deste regime.

terna, a pluralidade de expressão quanto às políticas, as vias e aos métodos de sua aplicação, disse o Secretário Geral, são indispensáveis à formação do pensamento político do Partido e ao reforço da sua base ideológica, à coesão dos seus membros". afirmou estar convencido de que "a reflexão conjunta, (...), reforçará as convicções e contribuirá para a coesão interna da direcção e, portanto, para a qualidade de nossa intervenção na sociedade".

Entrando no primeiro ponto da ordem do dia, o Conselho escutou uma exposição do seu Secretário Nacional, sobre a acção partidária na sociedade, o qual começou por lembrar os factores condicionantes da acção do Partido, tendo lançado pistas para uma reflexão sobre o tema.

Seguiu-se um amplo, vivo e rico debate, em que tomaram a palavra todos os membros do Conselho, tendo-se estabelecido um largo consenso sobre os seguintes pontos fundamentais:

A acção do Partido deve ser analisada na sua globalidade, em todas as formas da sua intervenção, para se fazer uma avaliação correcta do seu desempenho. Com efeito, o Partido, através da orientação política geral emanada oportunamente e da afectação correcta dos seus militantes, tem conseguido pôr de pé o Estado e as suas instituições, fazendo de Cabo Verde um exemplo escolhido por muitos para ilustrar a viabilidade da luta contra a pobreza e a dependência externa. O papel da acção partidária na criação de um clima de confiança nas instituições estatais, tem sido inestimável e tem permitido a formação de uma nova cultura política das populações.

Nas análises da acção do Partido na sociedade, deve ter-se sempre presente, a forma como o mesmo surgiu e cresceu rapidamente em Cabo Verde, passando de um pequeno número de militantes activos da clandestinidade a uma explosão de adesões a partir de 1974/75. Esta circunstância faz com que seja ainda necessário um atuado trabalho de educação e formação dos seus militantes e dos seus quadros, no sentido de uma adequação constante da respectiva acção a cada fase da luta e às características da sociedade, as quais, se encontram em permanente mutação.

Depois do período inicial de agitação para a conquista da independência e ultrapassada a etapa de implementação das instituições, o país encontra-

se hoje na fase de reforço e consolidação das mesmas. Tal institucionalização, exige que o Partido dê prioridade à intervenção política através de canais e métodos mais apropriados para o exercício das funções de controlo sobre a Administração do Estado, nomeadamente na forma como são implementados os pressupostos político-ideológicos subjacentes aos planos de desenvolvimento.

Realçou-se a necessidade de o Partido se reforçar em todos os sentidos, pois só com um partido forte, coeso, disciplinado, será possível levar por diante a tarefa de construção de uma sociedade livre e próspera no nosso país. A força do Partido residirá cada vez mais na vontade política e na disciplina, na coesão ideológica dos seus militantes, quadros e dirigentes, na sua capacidade de influenciar a sociedade através da acção ideológica.

O Conselho Nacional apontou que o neo-colonialismo continua a ser o perigo que ameaça todos os povos africanos e considerou que se impõe uma correcta análise de todas as suas manifestações e formas de acção, de maneira a se poder manter o conjunto dos quadros do país alertados e armados para o combate contra todas as formas de perpetuação da dependência, através de acções nos terrenos económico, financeiro, político, ou cultural. Chamou a atenção para a necessidade de, nas relações económicas externas, se ter sempre presente a opção pela edificação de uma economia dotada de avançadas de comando próprias no quadro geral de interdependências que caracteriza a nossa época.

Nas questões do modo como o Partido exerce o poder e a acção política e ideológica na sociedade, o Conselho acentuou: a exigência de se aprofundar o conhecimento da nossa sociedade e das suas diversas componentes; a necessidade de se ter sempre em conta os constrangimentos do exercício do poder num espaço geográfico e social reduzidos, em que o indivíduo e as relações afectivas ganham uma expressão relevante, que não se deve ignorar. Isto tudo obriga o Partido a aplicar, cada vez mais, técnicas de liderança que tenham no desenvolvimento e na educação, o seu principal fundamento.

O Partido tem um papel fundamental a desempenhar na educação da sociedade para que esta reaja contra os aspectos negativos de erosão da consciência civica e actue contra a tendência para uma excessiva autonomização do Estado em relação à sociedade civil.

Ainda no âmbito da acção política e ideológica, realçou-se a necessidade de o Partido ter em consideração a sua função de construtor de consensos; função relevante quando se tem em conta que, para o êxito do objectivo primeiro de libertação das forças produtivas nacionais, são indispensáveis grandes consensos nacionais em torno de questões tais como: a política de distribuição de rendimentos (salários e preços), a política da juventude, a reforma do ensino e a valorização dos recursos humanos, a política de protecção social e a solidariedade social, a ordem pública e a responsabilidade social, o reordenamento do território, a política de população, a reforma administrativa, entre outras.

O Conselho Nacional reconheceu que um dos requisitos para o cabal desempenho da função dirigente do PAICV reside na sua política de quadros. Realçou, aliás, que todos, sejam eles militantes do Partido ou não, constituem uma camada da nossa sociedade que, pela natureza dos desafios que se apresentam a si, assumem uma importância especial, tendo pontos comuns que devem ser tidos em conta. O Conselho Nacional insistiu na necessidade de o Partido instituir formas de controlo e avaliação adequadas do desempenho político dos seus quadros, tanto dos que se encontram no aparelho do Partido como dos que se encontram no aparelho do Estado. Os quadros dirigentes da Administração deverão, através das instituições próprias e competentes, ser avaliados com base na capacidade para implementarem correctamente os pressupostos político-ideológicos subjacentes aos planos, programas e projectos técnicos. Conclui exortando os quadros a inspirarem-se, na sua acção, na coragem, audácia, firmeza e força ideológica daqueles que conceberam o desenvolvimento de Cabo Verde e cuja capacidade de ligar a teoria à prática, têm permitido a afirmação internacional da Nação caboverdeana.

A acção política e ideológica na sociedade constitui uma actividade fundamental do Partido, sendo de particular relevância na tarefa de criação dos grandes consensos nacionais. O CN reconheceu que se deve dar a maior atenção a essa função, quer desenvolvendo os meios partidários, quer ligando-a à política de quadros e à acção dos organismos estruturais encarregados de educação e formação, da cultura e da informação.

Analisando a forma como os órgãos de direcção do Partido vêm funcionando e desempenhando

o seu papel, o Conselho reconheceu várias insuficiências, umas derivadas da falta de meios humanos e materiais que caracterizam a própria sociedade actual e outras que decorrem da forma como os membros deste órgão assumem o seu papel dentro do Partido e na sociedade. O CN concluiu ser indispensável melhorar o nível do seu funcionamento, fundamentalmente através da planificação das suas actividades, de uma melhor preparação das suas reuniões e do alargamento dos temas das suas deliberações. Recomendou aos seus membros o reforço da sua capacidade individual de intervenção, tendo-se realçado o papel do dirigente na afirmação dos órgãos de direcção a que pertence. Em relação aos órgãos intermédios e de base, o CN reconheceu a necessidade do seu reforço, seja através da formação, seja através de uma acção mais consequente de apoio por parte dos órgãos centrais e dos dirigentes individualmente, sem esquecer o reforço em meios materiais.

A concluir os debates sobre este ponto, o camarada Secretário Geral sublinhou o aspecto fundamental da entrega total, da militância, disciplina e engajamento de todos os militantes, e em particular dos dirigentes, do que depende em larga escala o êxito da acção partidária.

A discussão sobre os pontos: A sociedade caboverdeana actual e tendências da sua evolução e, a influência dos factores externos no desenvolvimento do país, foi introduzida pelo camarada Secretário Geral-Adjunto. Este, chamaria a atenção para a necessidade, em matéria de análise social, de o Partido envolver decididamente para o profissionalismo, o que implica a existência de uma estrutura de realização de estudos e de acompanhamento dos fenómenos sociais. Partindo do facto de que o desenvolvimento terá também no seu bojo certas diferenciações sociais, insistiu na necessidade de se tomarem medidas que contrariem essas tendências, tendo feito referência às políticas redistributivas e à participação no seu sentido amplo como antídotos aos males da diferenciação.

O camarada SG-Adjunto explicou que os espaços de participação e de opinião têm que funcionar no sentido do reforço da vontade nacional de desenvolvimento, da consciência nacional. Indicou a necessidade de se afirmar a nossa identidade própria e as nossas reinvenções como povo, nomeadamente o direito ao desenvolvimento e à expressão intelectual e política própria. Explicou a necessidade

patriotismo progressista

de se criar uma opinião nacional favorável ao desenvolvimento, fundada num desígnio nacional, na vontade colectiva da nação caboverdeana. Chamou a atenção para a necessidade de se eliminar o espírito fatalista e de desconfiar no nosso futuro e para o facto de não se dever transformar a necessidade de pragmatismo e realismo em falta de vontade política para a realização dos objectivos de base.

Seguiu-se um animado debate, durante o qual o Conselho Nacional escutou um elevado número de intervenções de qualidade, de vários dos seus membros, tendo-se chegado às seguintes conclusões gerais:

As análises feitas no II Congresso acerca da estrutura da sociedade caboverdeana, mesmo no fundamental e sua validade, devendo-se, no entanto, ter em conta as mudanças na estrutura social, por pequenas que sejam, dão ideia das tendências futuras e exigem o afinamento das nossas estratégias e da táctica de acção. Sobretudo, o Conselho Nacional reafirmou a importância da defesa dos direitos das camadas mais desfavorecidas da nossa população, um dos pressupostos essenciais do PAICV. *Resolução para a Assembleia Nacional do desenvolvimento*

O Conselho Nacional analisou o funcionamento nos domínios político-institucionais do sistema político e concluiu que, os resultados alcançados constituem a melhor demonstração da justiça dos seus fundamentos. O Partido, sobretudo, continua a ser o garante da materialização das aspirações mais profundas da nossa sociedade, devendo ser defendido sem ambiguidades e rejeitadas as falsas questões levantadas em torno do sistema político. Com efeito, não sendo o número de partidos que determina se há ou não democracia, o que conta verdadeiramente, é o modo como o sistema funciona, se há desenvolvimento e se ele se realiza num quadro de ampla democracia e participação. O Conselho Nacional, reafirmando a opção do Partido, de que a democracia deve ser continuamente aperfeiçoada, recomendou a análise das críticas ligadas ao exercício da democracia em Cabo Verde, particularmente as relativas ao sistema eleitoral, no sentido de se melhorar aquilo que for possível de o ser. Alertou no entanto, que nesta questão não se devem queimar etapas, nem agir sob pressão, tendo em conta as implicações negativas que uma actual situação descaída teria no desenvolvimento do país. O Conselho Nacional alertou para a necessidade de vigilância e de combate firme a quaisquer tentativas de perturbação do clima de estabilidade política e social que caracteriza o nosso regime, e que já produziu os frutos que são bem conhecidos de todos e pelos

quais Cabo Verde começa a ser reconhecido e citado como exemplo.

O Conselho Nacional, face a alguns acontecimentos recentes tais como a violação da Igreja Matriz da Praia e actos de vandalismo contra edifícios públicos, apelou as populações para o reforço da consciência cívica e do sentido de responsabilidade social e da auto-disciplina. Recomendou ainda ao Governo, a adopção de medidas energéticas visando a manutenção à ordem pública e o combate a todas as manifestações de indisciplina social.

Face às dificuldades reais que temos de enfrentar no domínio do desenvolvimento económico, consideram-se aspectos negativos da influência cultural e ideológica que recebemos do exterior como um mal a que urge dar combate, escolhendo criteriosamente o terreno, nomeadamente através da concepção e aplicação de políticas educativas e culturais que tenham na luta pelos valores nacionais, o pilar principal.

No debate acerca da problemática das confissões religiosas e do seu lugar na nossa sociedade, o Conselho Nacional recomendou que a questão continue a ser analisada com a seriedade que sempre mereceu da Direcção do Partido. O Conselho Nacional reafirmou os princípios básicos constitucionais nesta matéria, lembrando que, sendo a República de Cabo Verde, um país de população maioritariamente cristã, existe um largo espaço de acção para as Igrejas, assim como de pontos de contacto e de colaboração possível em domínios vários da acção moral e material das diversas instituições em que assenta a sociedade caboverdeana e o seu regime político.

Tendo em conta o nível elevado dos debates e as contribuições valiosas dos seus membros, na clarificação ideológica da prática do Partido, o Conselho recomendou a sua continuação, no seio das estruturas, com vista ao aprofundamento das questões levantadas, à luz dos documentos do II Congresso do PAICV e com o objectivo de contribuir para o reforço da unidade ideológica, da unidade de acção dos seus membros e para a preparação do III Congresso. O Conselho recomendou ainda à Comissão Política o alargamento desta reflexão, às organizações de massas e sociais e às populações em geral.

Feito na Praia, aos 2 de Julho de 1987
O Conselho Nacional